

será preferível que a gente pague, agora, ao enfrentar, através de uma anistia parcial, de um perdão, de uma graça que será concedida com a participação do Congresso, o pretexto amanhã para o fechamento do Congresso Nacional. E agora a oportunidade para que este Congresso vote soberanamente a favor da anistia ampla, geral e irrestrita, crendo no propósito democratizante do Presidente da República. Se este não é o seu propósito, então, é hora de jogarmos a máscara no chão, aprovando o projeto integral, deixando as consequências nas mãos daqueles que estão aí para dizer se se abre ou se se fecha o regime.

**O Sr. Siqueira Campos** — Deputado Adhemar Santillo, não é propriamente sobre o problema anistia que venho apartear V. Ex<sup>a</sup>, mas para dar o meu testemunho do engano a que V. Ex<sup>a</sup> é levado por informações não muito corretas, que fazem com que V. Ex<sup>a</sup> afirme dessa tribuna, com a responsabilidade de um Deputado brilhante, conceituadíssimo, não só no nosso Estado, como em todo o País, que o nosso Governador Ary Valadão teria em seis dias feito grilagem de terras de 7 mil alqueires. Deputado Adhemar Santillo, não é correta a afirmação, como já declarei, simplesmente porque não existe grilagem feita pelo Governador Ary Valadão, como não existe grilagem feita pelo ex-Deputado Estadual Wilton Cerqueira, como não existe grilagem feita por inúmeros membros do seu partido, inclusive pelo ex-Governador Mauro Borges Teixeira. V. Ex<sup>a</sup> não poderá afirmar, de maneira alguma, que terras requeridas ao Estado há 3 anos — não 6 dias — não o foram em processos legítimos e normais, deferidos pelos que, através de V. Ex<sup>a</sup> e do Líder do seu partido na Assembleia Legislativa do Estado, denunciaram o Governador Ary Valadão, porque esses elementos, que constituem a extrema direita no nosso Estado, buscam, através de uma aliança com a esquerda, fazer exatamente aquilo que constitui o seu objetivo básico, que é desmoralizar o Governo de Goiás democrático, altamente honesto, altamente competente e altamente voltado para os interesses do povo. Tenho documentos à mão, os quais coloco à disposição de V. Ex<sup>a</sup>, para mostrar que há 3 anos o Governador Ary Valadão requereu um pedaço de terra — não 7 mil alqueires — no Município de Itacajá, mas requereu já comprando posses legítimas, requereu num processo regular, e uma área muito pequena. Agora, pessoas que assinam Valadão, há 3 anos também requereram terras em diversos pontos do Estado, como requereram pessoas que têm outros sobrenomes, pessoas, inclusive, da Oposição, terras que, depois de vistoriadas, depois de vistos os documentos de cessão de terras legítimas e corretas, sem ferir direitos de ninguém, obtiveram os títulos na administração passada. Saiba V. Ex<sup>a</sup> que estou à disposição de V. Ex<sup>a</sup> e do País para comprovar o que afirmo, lamentando o engano a que V. Ex<sup>a</sup> foi levado.

**O SR. ADHEMAR SANTILLO** — Sr. Presidente, não gostaria de entrar neste assunto, porque inclusive me estou preparando para debater-lo. Apenas trouxe o problema da grilagem de terras para mostrar a diferença que há entre um possessor e um grileiro. O tratamento que se dá a um possessor é a morte; ao grileiro, o Governo de Goiás. Tenho toda a documentação aqui. Os requerimentos deram entrada no IDAGO no dia 1º de novembro, para 7 mil alqueires. É bem verdade que não há o nome do Sr. Ary Valadão, mas há do cunhado, do sobrinho, do genro do Sr. Ary Valadão. Sr. Presidente, são 7 mil alqueires de terras griladas. Ary Valadão já era diplomado Governador de Goiás, e, em seis dias, esses processos lá tramitaram. Por isso quero dizer que, infelizmente, o modelo que aí está é de defesa dos corruptos, de defesa daqueles que se põem ao lado dos testas-de-ferro das multinacionais, de defesa das injustiças contra o povo. Não é este o sistema que queremos.

O que desejamos, Sr. Presidente, é que a anistia seja ampla, geral e irrestrita, para a pacificação da família brasileira e, acima de tudo, colocar um ponto final nas injustiças, principalmente quando os poderosos praticam todos os atos de corrupção e são guindados aos postos mais importantes, enquanto os humildes não têm o direito, sequer, de lutar pela sua classe sofrida espezinhada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilson Gibson.

*O SR. NILSON GIBSON PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Tem a palavra o Deputado João Gilberto.

**O SR. JOÃO GILBERTO (MDB — RS. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje não é o começo nem é o final da luta pela anistia neste País. Hoje é uma data que representa apenas uma etapa da luta

que começou há muito tempo e que ainda haverá de continuar até que verdadeiramente se obtenha neste País a anistia da pacificação, a anistia que só pode ser ampla, geral e irrestrita. Lembraria, no início da minha participação neste debate, que houve um tempo neste País em que muitas pessoas foram presas, perseguidas e até desaparecidas, porque lutavam pela anistia. Lembro que entre os anistiados existem aqueles que estão condenados por lutarem pela anistia. Lembro à Liderança do Partido que senta do lado de lá e que obedece as ordens do Governo, que, a este plenário, vinha, há apenas dois anos, documento apócrifo dizer que o MDB tinha recebido ordens do Partido Comunista para lutar pela anistia. Será que o General Figueiredo também recebeu a mesma ordem para conceder a meia anistia que hoje estamos votando neste Congresso?

Lembro-me como a Aliança Renovadora Nacional jogava-nos pedra, tirava das gavetas do Líder José Bonifácio documentos apócrifos e dizia que a luta pela anistia era a tese fundamental do Partido Comunista e que o MDB só assumia essa luta porque estava seguindo os ditames do referido partido. Pois bem, hoje, há muitos que desejam ser padrinhos e pais da anistia. Padrinhos e pais da anistia, neste País, são os homens que apanharam nas ruas por ela, são as bravas mulheres do Movimento Brasileiro pela Anistia e dos Centros Brasileiros da Anistia, são os operários, os estudantes, os políticos que não temeram enfrentar a repressão para preconizar a anistia de pacificação, a anistia de justiça que hoje pregamos e que amanhã ainda haveremos de pregar, porque o movimento não se esgota aqui, a luta não termina neste plenário nem neste episódio. Mas é preciso que se lembre, hoje, essa jornada histórica, porque existem alguns que, repetidamente, jogaram, neste plenário, uma catilinária radical ante a anistia e que agora querem apresentar-se à opinião pública como seus padrinhos, como seus mentores, como seus pais intelectuais. Repito a justiça histórica que deve ser feita neste momento: a anistia tem, sim, padrinhos e madrinhas neste País, a anistia é filha da luta popular, a anistia, mesmo a conta-gotas de hoje (Palmas), é filha de uma luta que custou sangue, que custou suor, que custou muitas lágrimas, que custou exílio, que custou cadeia e que custou bordoadas de cassetetes nas ruas deste País. É filha do movimento estudantil, dos movimentos populares, do movimento da Igreja, dos operários, dos políticos conseqüentes, mas não é nem filha, nem herdeira, nem afilhada daqueles que agora querem arrebatá-la para distorcê-la, para concedê-la pela metade.

Sr. Presidente, Sr. Parlamentares, na verdade, estamos diante de um Governo inteligente. Negar a inteligência do projeto governamental seria incoerência de nossa parte. O Governo sente que a sociedade nacional chegou aos limites máximos de sua capacidade de resistência. O Governo presente que não mais são os setores da elite, classe média, que se mobilizam, mas que a mobilização pelo pão e pela liberdade, causada pela ausência de democracia e pela fome, atinge todos os estratos da sociedade nacional. Neste momento de crise econômica, de fracasso ridículo do projeto do milagre brasileiro, na euforia com que esta Nação esbanjou nas obras faraônicas e sem sentido, construindo estádios de futebol como se constrói uma casa do BNH, optando pela suntuosidade, querendo tomar assento entre os grandes, sem conferir se a maioria do seu povo não estava passando fome, o fracasso deste modelo, o fracasso deste milagre impõe ao Governo uma mudança de tática política. E o Governo, que é absolutamente incapaz de resolver os problemas econômicos do País, porque, ao assumir em 1964, prometeu fazer sem demagogia, e até hoje não as realizou, e até hoje apenas apertou o cinto das maiorias brasileiras, este Governo sente que só tem uma salvação: deslocar o olhar nacional prioritariamente para uma pseudo-abertura, para uma aparente abertura, para uma meia abertura, que dê condições à elite governamental, ao grupo do poder, de respirar um pouco, em meio à convulsão da situação econômica e social.

É por isso que aqui temos hoje o projeto da meia anistia. É por isso que tivemos ontem as reformas. É por isso que teremos amanhã alterações na política eleitoral e partidária: apenas porque é necessário despertar a atenção mais para esse lado político e menos para a gravidade, menos para a situação atroz no campo econômico e social, que permita à elite governante ter a aparência de boazinha, aquela aparência que a trilateral exige dos países satélites do capitalismo, a aparência de um capitalismo angelical, de um capitalismo sorridente, de um capitalismo que oprime e explora, mas que, em compensação, não oprime, nem explora de cara rude, de cara fechada; oprime e explora de cara sorridente e ainda é capaz de chorar pela desgraça dos oprimidos e dos explorados.

Sr. Presidente, o projeto de anistia e seu substitutivo, ao nosso ver, possuem dois pontos cruciais: o problema da luta armada e o problema dos funcionários públicos e trabalhadores. A questão da luta armada tem sido bastante ventilada nesta manhã. Há pouco, um orador que nos antecedeu citava

o grande exemplo do que considera terrorismo, para caracterizar que houve terrorismo neste País: o problema da bomba no Aeroporto de Guararapes. Estranha coincidência, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é exatamente fato de não terem sido encontrados os responsáveis, é exatamente o fato que aconteceu no Rio, quando um capitão teve a coragem cívica de denunciar o PÁRA-SAR. A consciência nacional se impõe uma investigação, para saber se neste episódio do Aeroporto de Guararapes não há a grande mão da direita armada, da mesma forma como queria provocar no Rio, matando inocentes, sim, para causar a convulsão nacional.

O Sr. João Cunha — Permita-me nobre Deputado João Gilberto. Gostaria de lembrar o episódio do atentado contra o jornal *O Estado de S. Paulo*, em que a própria imprensa, depois de investigações e observações, concluiu que teria sido praticado por ordem do então Secretário de Segurança Pública de São Paulo, o Coronel Erasmo Dias. É mais um caso a lembrar, mostrando que o terrorismo instalado na Nação o foi por conta do próprio regime, através da mão armada dos seus representantes, que infelicitaram o País ao longo desta década e meia. Quero louvar V. Ex<sup>a</sup> pela coragem cívica e pelo trabalho que vem desenvolvendo ao longo desses anos, de que sou testemunha, no sentido de chegarmos a um ponto que possa exprimir a convergência de opiniões em função da reconciliação nacional. E quero dizer do espanto que tive — aproveitando-me do seu pronunciamento — quando ouvi as palavras do Deputado Nilson Gibson, de Pernambuco, ao pretender diminuir mais ainda a pouca grandeza que possui o projeto enviado pelo seu Governo e muito bem definido pelo Deputado Ulysses Guimarães como um aleijão de proposta de anistia. Gostaria, pois, de lembrar ao Deputado Nilson Gibson que, na verdade, a infelicidade desta Nação decorre da própria existência do regime nascido de um golpe de Estado, através dos compromissos internacionais que assumiu, obediente como tem sido ao imperialismo internacional determinado pela CIA dos Estados Unidos. Como exemplo do que afirmo, cito as próprias palavras do Presidente João Figueiredo, recentemente a um repórter, quando, indagado por que não se movia contra as multinacionais, respondeu: "Eu caio no dia seguinte, porque a CIA me derruba". Jamais ouvi uma confissão pública tão declarada de comprometimento com um regime, com um sistema e com um governo estrangeiro. Na verdade, quando analisamos o aleijão da proposta feita pelo Governo, de perdão nacional, imagino até que quem deveria estar de joelhos, a pedir perdão para a Nação, seria o Sr. Golbery do Couto e Silva, seria o Sr. João Baptista de Figueiredo, seria o Sr. Gen. Ernesto Geisel, seria o Sr. Gen. Emílio Médici, se vivo, o Sr. Mal. Costa e Silva, se vivo, ainda, o Sr. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco e, se vivos, aqueles que participaram do processo de infelicitização do Brasil, entregando as suas riquezas, atolando-o na corrupção, de que o caso Lutfalla e tantos outros são exemplos, determinando o comprometimento internacional, que faz com que o futuro seja bem preciso e indefinido, se permaneceremos sob o tácio, se permaneceremos sob a égide da bota que pretende calçar sapato civil agora, para alegrar a Nação com a brincadeira e a blaque de, andando a cavalo, pretender com isso equacionar os problemas sérios e graves em que estamos atolados. Deixo a V. Ex<sup>a</sup> esse testemunho, ao mesmo tempo em que quero expressar a minha honra por inserir no contexto de seu pronunciamento algumas palavras que refletem a expressão da indignação do povo brasileiro, que viveu 15 anos de medo e de terrorismo implantados pela mão dura da ditadura sanguinária e brutal, que matou brasileiros, exilou brasileiros, banuiu brasileiros, infelicitou a Nação e criou a desesperança para milhões de brasileiros que procuram acreditar — e ainda têm alguma certeza — no trabalho daqueles homens dignos, honrados, conseqüentes, que, dentro das oposições brasileiras, levantam sua voz para dizer que basta, como V. Ex<sup>a</sup> diz agora. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOÃO GILBERTO — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Deputado João Cunha.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, querem agora caracterizar como terroristas internacionalmente conceituados aqueles que pegaram em armas e foram praticar a guerrilha — os homens do Vale do Araguaia, do Vale da Ribeira, da luta nas cidades — esquecendo-se de que esta não é a caracterização internacional do terrorismo. Perguntaria, como já foi perguntado neste plenário: será que a opinião pública mundial considera terroristas os homens que fizeram a independência de Angola e Moçambique, ou os que derubaram Somoza, na Nicarágua, recentemente? Não, não é este o conceito de terrorista. Terrorista é aquele que pratica atos indiscriminados contra a sociedade civil democraticamente organizada, mas não aqueles que lutam contra um regime de opressão, seja pela libertação de sua pátria, seja pela libertação de seu povo, que está dominado por uma ditadura. Hoje, querem caracterizar como terrorista a flor de uma juventude que eles mesmos impediram de organizar sua entidade nacional, a União Nacional dos Estudantes,

que eles mesmos expulsaram das escolas e da vida política e que, por isso, num gesto supremo de rebeldia, considerado até de desespero, optaram pela luta armada. A questão da luta armada está necessitando ser melhor equacionada diante da discussão que se faz sobre a anistia.

Mas outra questão crucial, dizia também, é a dos funcionários e trabalhadores.

O Sr. Erasmo Dias — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JOÃO GILBERTO — Tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

O Sr. Erasmo Dias — Desculpe o nobre orador, meu colega, mas fui surpreendido no meu gabinete, agora, com referências ao meu nome, inclusive não declinando minha condição de Deputado, que sou tanto quanto o Sr. João Cunha. De modo que quero repelir, veementemente, que meu nome seja apontado como o de um terrorista barato, tão a gosto dessa esquerda marrom comunista, que teima em apontar nós outros como a serviço de quem quer que seja. Desafio o Sr. João Cunha a provar quantas vezes ofereceu a vida dele em defesa da sua própria família. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOÃO GILBERTO — O aparte de V. Ex<sup>a</sup> está registrado, embora com ele eu não concorde e até discorde profundamente das suas posições, sabidamente direitistas, pró-sistema, pró-repressão, conforme a História está a testemunhar.

Sr. Presidente, iniciava eu a falar sobre funcionários públicos, servidores e trabalhadores. Esta é a capital omissão do projeto e do substitutivo que vamos apreciar: anistia, para quem perdeu o emprego, significa a volta ao emprego, ou não há anistia. Neste projeto e neste substitutivo não temos a anistia para funcionários públicos, servidores e trabalhadores. Há apenas a abertura escassa da possibilidade, controlada, de uma revisão processual. Dá-se a uma comissão que vai funcionar em cada órgão da administração pública tantos poderes quanto os tinha o Presidente da República, que atingiu aquela pessoa punida, porque essa comissão, sem apreciação judicial, sem que haja instância superior para o interessado recorrer, vai dizer se o cidadão pode ou não voltar para o seu trabalho, se é ou não do interesse da Administração a sua volta, e se há vaga para ele. Ora, isto não é anistia, é uma escassa e vergonhosa revisão de processo. O Presidente da República, que puniu esse cidadão, tinha os poderes excepcionais do Ato Institucional e, agora, quer dar poderes excepcionais a uma comissão, por lei ordinária. Acho até que o dispositivo é radicalmente inconstitucional, porque não temos mais atos institucionais em vigor e não podemos delegar a uma comissão de servidores públicos poderes de que só o Chefe de Estado usufruiu, em momento de excepcionalidade, através de atos revolucionários. Mas o que querem o Projeto e o Substitutivo é exatamente isto: dar a uma comissão os mesmos poderes excepcionais para discriminar entre brasileiros, para atribuir desinteresse da Administração pela volta de um cientista ou de um operário — não interessa — de um homem que foi injustamente arrancado do seu emprego.

Deixo, desta tribuna — já que o Sr. Presidente alerta-me sobre o tempo — sem tecer maiores considerações, apenas um apelo à classe política deste Congresso, que ainda está a dever uma atitude ao Brasil, que ainda está a dever uma resposta aos anseios nacionais, hoje mais claros que nunca na busca da democracia: tornemos este projeto uma lei verdadeiramente de pacificação — está nas nossas mãos. Que não caia sobre o Congresso Nacional a ira do povo. Que sobre ele, sim, possa recair a ira dos poderosos, mas não a da família brasileira. Tornemos este projeto uma lei de anistia verdadeiramente ampla, geral e irrestrita. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o nobre Deputado Leorne Belém.

O SR. LEORNE BELÉM (ARENA — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inicio minha intervenção nos debates de hoje reportando-me a trecho de discurso pronunciado no Senado Federal por uma das figuras exponenciais do Parlamento brasileiro, homem do seu tempo, que, na convivência amena e fraterna com seus pares, construiu o seu nome e o seu prestígio, erigindo-se como um dos exemplos mais edificantes desta Casa. Refiro-me ao nobre Senador Henrique de La Rocque, que, preso ao leito, não participa, como seria do seu desejo, deste momento de grande significação para a nacionalidade. Com este gesto, quero fazer presente a lembrança de um colega nosso que, ao longo da sua vida pública, tem pautado a sua conduta dentro dos rígidos princípios da Moral e do Direito. S. Ex<sup>a</sup>, referindo-se à mensagem encaminhada pelo Presidente da República, disse que "o projeto de anistia enviado ao Congresso representa, em si mesmo e por si só, uma mensagem de paz e de congraçamento. Nem os mais intransigentes opositoristas lhe poderão negar este mérito. É um gesto alvissareiro,